

Submitted: Aug 14th, 2024

Approved: Sep 16th, 2024

Educar para diversidade e para boa convivência: um olhar para si e para o outro

Educating for diversity and for good coexistence: a look at yourself and at others

Educar para la diversidad y la buena convivencia: una mirada a ti mismo y a los demás

Silvany Lopes de Souza Santos

Graduada em Pedagogia, Graduada em História pela Universidade Fabras de Brasília

Instituição: Colégio Municipal Presidente Figueiredo

Endereço: Pilão Arcado, Bahia, Brasil

E-mail: bs1926019@gmail.com.br

Bruno Freitas Santos

Mestre em Educação Inclusiva e em Educação Profissional e Tecnológica pelo IF do

Sertão Pernambucano em Salgueiro Pernambuco

Instituição: Colégio Municipal Presidente Figueiredo

Endereço: Pilão Arcado, Bahia, Brasil

E-mail: brunofreitas2017@outlook.com.br

Hevelin Inavlis de Souza Freitas

Graduando em Direito pela Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU)

Instituição: Centro Universitario Mauricio Nassau

Endereço: Petrolina, Pernambuco, Brasil

E-mail: inavlis@gmail.com

RESUMO

A diversidade é algo desafiador e complexo de ser trabalhado no chão da sala de aula. Daí surgem os muitos questionamentos, tais como: O que é identidade de gênero? O que é sexualidade? O que é transexualidade? E tantas outros questionamentos dentro dessa temática. O objetivo do presente artigo é refletir sobre esse importante temática, que se faz tão necessária a sua discussão de forma benéfica. A metodologia usada é a pesquisa qualitativa, tendo como método a fonte bibliográfica, extraindo aquilo que é mais pertinente para elaboração das ideias. Os referenciais teóricos estão alicerçados nos autores, que apontam caminhos para amenizar o índice elevado de desrespeito para com a pessoa humana. Os resultados dessa pesquisa têm como finalidade verificar, que a educação seja, qual for a modalidade deve ser sempre inclusiva, humana, afetiva e nunca excludente. A conclusão do artigo é mostrar que por meio da educação é possível, sim construir uma educação com mais equidade.

Palavras-chave: diversidade, escola, inclusão, respeito mútuo.

ABSTRACT

Diversity is a challenging and complex subject to work on in the classroom. This gives

rise to many questions, such as: What is gender identity? What is sexuality? What is transsexuality? And many other questions related to this topic. The objective of this article is to reflect on this important topic, which needs to be discussed in a beneficial way. The methodology used is qualitative research, using bibliographic sources as the method, extracting what is most relevant for developing ideas. The theoretical references are based on the authors, who point out ways to alleviate the high rate of disrespect for the human person. The results of this research aim to verify that education, whatever its modality, must always be inclusive, humane, affectionate and never exclusive. The conclusion of the article is to show that through education it is possible to build an education with more equity.

Keywords: diversity, school, inclusion, mutual respect.

RESUMEN

La diversidad es algo desafiante y complejo de trabajar en el aula. De ahí surgen muchas preguntas como: ¿Qué es la identidad de género? ¿Qué es la sexualidad? ¿Qué es la transexualidad? Y tantas otras preguntas dentro de este tema. El objetivo de este artículo es reflexionar sobre este importante tema, tan necesario debatir de forma beneficiosa. La metodología utilizada es la investigación cualitativa, utilizando como método la fuente bibliográfica, extrayendo lo más pertinente para la elaboración de las ideas. Los referentes teóricos se basan en los autores, quienes señalan formas de paliar el alto nivel de falta de respeto hacia el ser humano. Los resultados de esta investigación pretenden comprobar que la educación, cualquiera que sea su modalidad, debe ser siempre inclusiva, humana, afectiva y nunca excluyente. La conclusión del artículo es mostrar que a través de la educación es posible construir una educación con más equidad.

Palabras clave: diversidad, escuela, inclusión, respeto mutuo.

1 INTRODUÇÃO

No que concerne a temática diversidade nos seus diversos significados, há muitos equívocos presentes na educação atual, no qual precisa ser debatido e desconstruído, para que sejam construídas relações sociais mais harmônicas e menos discriminatórias, como tem sido a nossa realidade, quando se refere a diversidade.

Ao falar da questão diversidade vêm logo átona, as questões sexuais que no Brasil é ainda um grave problema, e que requer certa intervenção. E isso, até já vem sendo feito por meio de projetos pedagógicos e propostas curriculares das escolas, porém o problema é ainda muito nítido na sociedade. Nesse sentido é preciso, que haja maiores investimentos na educação e na reeducação ao de valores e princípios, onde o respeito mútuo as diversidades, seja de certa forma mais aprofundado e cobrado.

Dessa forma, a diversidade de gênero merece ser debatida de forma ampla e

respeitosa, pois as questões relacionadas a sexualidade é ainda repleta de tabus e complexos, onde a escola desde muito cedo deve educar por meio da tolerância e o respeito as mais diversas opções sexuais existentes. A diversidade de gênero nos últimos anos, tem sido uma temática muito delicada, e que a escola precisa está apta para trabalhar com cuidado e cautela todas essas questões, que são tão necessárias e ao mesmo tempo tão particulares.

No Brasil e no mundo a diversidade sexual é um ponto de inúmeros debates e, que a cada momento precisa ser encarado com ética, dignidade e tolerância. Durante séculos, a diversidade sexual, foi uma assunto tratado debaixo de sete chaves, pois não se havia abertura e nem espaço para tratar de temas tão pessoais e ao mesmo tempo que envolvia padrões religiosos e culturais.

A diversidade de gênero, por anos foi uma questão pouco debatida dentro do espaço escolar. Atualmente na educação contemporânea, existe uma maior abertura para trabalhar toda essas questões relacionada a orientação sexual.

Nesse contexto, a pesquisa constitui-se como objeto de trabalho debater sobre a temática diversidade de gênero. Com o objetivo de amenizar o preconceito existente dentro dessa temática, e ao mesmo tempo conhecer melhor todas essas dimensões, que hoje se faz tão necessárias. Porque existe a imagem errônea que os homossexuais, lésbicas e transexuais são pessoas inferiores e dignas de repulsa. Assim, é fundamental desconstruir toda essa imagem que foi ao longo dos anos denegrida e manchada.

A respeito da diversidade de gênero muitos são os manifestos, movimento reivindicações já forma realizados em busca pela igualdade de direitos, para pessoas que vivem com pessoas do mesmo sexo, ou que se sentem atraídas por pessoas do mesmo sexo. A questão do respeito e da aceitação dos mesmos frente a sociedade, a família e escola é um grande desafio. O tema principal dessa luta é o reconhecimento da dignidade de grupos excluídos. Porque a falta desse reconhecimento gera a impunidade, a violência e os crimes voltados para transfobia.

Tal temática, que aqui foi apresentada devem estar inserida dentro do currículo escolar com maior abrangência, com o intuito de conscientizar as crianças desde, a educação infantil a respeito de todas essas diferenças, que existe dentro da sociedade, bem como o respeito mútuo a escolha e a orientação sexual que cada tem.

Como metodologia para a realização deste trabalho, se deu por meio de pesquisa de cunho bibliográfico, onde busca-se o conhecimento científico acumulados sobre a

temática. A pesquisa buscou analisar a importância da diversidade sob diferentes vertentes, trazendo pontos de interesse a todos, que constroem dia a dia a educação.

Dessa forma, teve-se como objetivo fazer uma breve análise sobre esses importantes pontos, trazendo uma discussão benéfica e esclarecedora, para que assim o ambiente escolar, seja um espaço mais acolhedor e menos discriminatório. A justificativa da pesquisa é perceber a relevância do respeito às diferenças seja elas quais forem, onde desde muito cedo devem ser estimuladas e praticadas. Reconhecendo e valorizando todo esse conjunto de diferenças com ética, discernimento e humanidade. Sabendo que a sociedade é sinônimo de pluralidade nos seus mais diversos aspectos. O problema aqui detectado é a prática do racismo, da transfobia e da discriminação que acontece a cada instante, e que é necessário que haja um trabalho mais intensivo em prol do combate do mesmo.

A estrutura desse trabalho se dá por meio de uma apresentação de conceitos e posicionamento de alguns teóricos acerca da diversidade sexual. O primeiro capítulo traz uma abordagem sobre a questão do gênero e da sexualidade, uma temática ainda muito complexa e delicada, que exige muita cautela ao tratar da mesma. O segundo capítulo fala dos conceitos básicos sobre identidade e gênero sexual; O terceiro capítulo fala sobre a transexualidade, uma temática que envolve inúmeros tabus, dos quais exige um conhecimento específico para melhor compreendermos; O quarto capítulo fala sobre o problema da transfobia no contexto escolar, mostrando os pontos convergentes e divergentes acerca dessa importante diversidade.

2 MATERIAL E METODO

A metodologia é uma fase crucial para o desenvolvimento de uma obra científica, é também um ponto de partida que permite a coleta e a construção das informações que estão em pauta como confirma Martins (2004), a metodologia é como um instrumento a serviço da pesquisa, que indagará limites e possibilidades dos caminhos do processo científico.

A pesquisa é um esforço constante de observações, reflexões, análises e sínteses na busca de informações que procuram descobrir a lógica e a coerência de um determinado assunto nesse caso em específico a diversidade educacional (Chizzotti, 2010). Então, o tipo de pesquisa adotada nesse trabalho foi à pesquisa

exploratória como objetivo de detalhar os pontos mais pertinentes que melhor descrevem essa temática. O método aqui utilizado é o bibliográfico, que tem como principal característica “explorar por meio de diferentes autores a essência de um determinado assunto” (Lakatos, 2007, p 107). Permitindo que fosse construído passo a passo o referencial teórico desse trabalho.

A pesquisa funcionou como uma revisão de literatura, onde foram lidos e pesquisados pontos chaves sobre essa importante discussão, sendo realizada uma análise sobre esses importantes aspectos.

3 CONCEITUAÇÕES SOBRE IDENTIDADE GÊNERO E SEXUALIDADE.

Há muito para ser estudado e debatido no que se refere a identidade de gênero e sexualidade. É importante ressaltar que os conceito entre identidade de gênero e sexualidade são os diferentes. Assim, é imprescindível conhecer melhor para intervir e mediar.

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDB, 1996).

Segundo especialistas e sexólogos da área a identidade de gênero se refere ao gênero com que a pessoa se identifica (sendo um homem, uma mulher). Já a orientação sexual está relacionada a busca por relacionamentos afetivos-sexuais com pessoas do mesmo sexo ou do sexo oposto. Assim, são englobados o homossexual e o heterossexual, que para alguns são tidos como os distúrbios da identidade de gênero.

Ao observar a história do Brasil, alguns movimentos denominados como os “libertários” lutavam por uma vida melhor, mais justa e igualitária, e já apresentavam problemática voltadas para as questões de gênero.

Assim, surgem algumas interrogativas, tais como o que é gênero? Nos estudos de Hérítier, (1996) em sua coletânea sobre o pensamento da diferença sexual, define o gênero como a construção de ser homem/mulher. Já para Joan Scott (1998), a definição da categoria gênero, se constrói sobre a diferença de sexos. Por outro lado existe outra realidade, no que se refere as questões de gênero, e a escola, educadores, família e sociedade precisam está atentos para as demais variações, que surgiram a partir do

histórico de ser masculino e de ser feminino.

O gênero é uma temática complexa, pois não envolve apenas o feminino e o masculino. Existe o chamado terceiro gênero que englobam os homossexuais, os travestis e transexuais. Dessa forma, surge inúmeros desafios para que seja implantada o respeito as diferenças e orientações sexuais no espaço escolar, uma vez que o mesmo engloba toda essa diversidade. Ainda, segundo os PCNs com :

o tema transversal à pluralidade cultural, tratar da diversidade cultural, reconhecendo-a e valorizando-a da superação das discriminações é atuar sobre um dos mecanismos de exclusão, tarefa necessária ainda que insuficiente, para caminhar na direção de uma sociedade mais plenamente democrática. É um imperativo do trabalho educativo, voltado para a cidadania uma vez que tanto a desvalorização cultural traço bem característico de país colonizado quanto à discriminação são entraves à plenitude da cidadania para todos, portanto, para a própria nação (PCNs, 1997, p.21).

Seguindo os estudos de Robert Stoller (1978), cresce o número de pessoas que optam pela mudança do sexo biológico, pois não se sentem realizadas com o sexo que possui. E lidar com toda essa mudanças é sempre desafiador e complexo para a escola, família e sociedade. Ainda de acordo, com o referido autor a criança aprende a ser menino ou menina até os três anos de idade. Então, a família inicialmente desenvolve um papel primordial nessa etapa de construção da própria sexualidade. E num segundo momento a escola, para que sejam desenvolvidas e descobertas de forma correta o que de fato ele ou ela é.

Stoller (1978), vai mais afundo e explica que a identidade de gênero é um conjunto de convicções, que se define em ser masculino ou feminino. Por outro lado existe crianças e adolescentes perdidos no que se refere a esse conjunto de convicções, não possuindo essas certezas. E acabam sendo levados para o terceiro gênero. Dessa família e escola precisam de um apoio especializado, para lidar com todas essas questões, que exige cautela e sobretudo conhecimento de causa. Ainda para o Conselho Nacional de Educação, no Parecer nº 017/2001

“A consciência do direito de constituir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro se traduz no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas (equidade), tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade. O princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional.” (Brasil, 200, p.11)

4 A TRANSEXUALIDADE: DISCUTINDO UM POUCO MAIS

O campo de estudos da transexualidade é uma área complexa emergiu nos anos 1970/1980 de forma crescente. Em algumas culturas essa temática é um grande tabu, pois está voltada para inúmeras questões, inclusive a de caráter religiosa, ética e moral. É desafiador e delicado trabalhar as questões voltadas para a identidade de gênero, papel e orientação sexual, pois é algo muito particular e íntimo de cada pessoa.

Para a Organização Mundial de Saúde (2014) a transexualidade é considerada pela como um transtorno de identidade de gênero, estando catalogada no Código Internacional de Doenças com o CID de nº 10-F64.0. Nesse sentido é preciso entender a fundo a questão em pauta, para que não sejam cometidas falhas. Uma vez que todos tem o livre arbítrio para escolher sua opção sexual. A discriminação, a ignorância e o preconceito são muito comuns, quando se trata das pessoas transgênicas. Nesse sentido nasce a importância de políticas públicas educacionais voltadas para essa importante temática, que tem muito a ser estudada e discutida.

Para Gomes (2003), pensar a diversidade vai além do reconhecimento do outro.

Significa sobre tudo, pensar a relação entre eu e o outro, mesmo complexa e global.

A diversidade em todas as suas manifestações é inerente à condição humana: somos sujeitos sociais, históricos e culturais e, por isso diferente. Isso não significa negar as semelhanças. Entretanto, a existência de pontos comuns entre os diferentes grupos humanos não pode conduzir a uma interpretação da experiência humana como algo invariável. “Cada construção cultural e social possui uma dinâmica própria, escolhas diferentes e múltiplos caminhos a serem trilhados” (Gomes, 2003, p. 72-74).

A legislação educacional, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) apresentam a escola como uma instituição de práticas inclusivas, porém quando se tratam das relação com travestis e transexuais. Existe um olhar discriminatório e preconceituoso, dessa forma é necessário que sejam articuladas ações e intervenções para amenizar essa realidade.

A escola vivencia uma realidade complexa, no que se refere a questões relacionadas a transexual idade, pois falta ainda informação e conhecimento sobre o assunto em pauta, o que tem gerado o crescimento de violências simbólicas, verbais e físicas. Um grave problema que requer, sérias intervenções, para evitar os inúmeros

crimes que ocorrem com pessoas transgênicas no Brasil e no mundo. Louro (2014, p. 85) aqui:

Como já observamos, a vigilância e a censura da sexualidade orientam-se, fundamentalmente, pelo alcance da “normalidade” (normalidade essa representada pelo par heterossexual, no qual a identidade masculina e a identidade feminina se ajustam às representações hegemônicas de cada gênero

A prostituição, segundo dados da OMS (2002), tem sido o refúgio para as pessoas transgênicas, na grande maioria dos casos, pois as mesmas não conseguem encontrar uma posição no mercado de trabalho. Uma vez que são vítimas do preconceito e da exclusão na sociedade presente. As pessoas transgênicos compõem a sociedade, e isso deve ser tratado pelas autoridades em evidência com respeito e dignidade. Porque a diversidade é uma realidade, assim é imprescindível que haja ações e intervenções para que o passo a passo seja amenizado os danos causados pela exclusão sexual. E, assim aconteça uma maior valorização do ser humano, independentemente da opção ou orientação sexual, que ele possua.

5 PROCESSO DE TRANSFOBIA NO CONTEXTO ESCOLAR

O tema transfobia no ambiente escolar é uma assunto complexo que exige cautela e cuidados específicos. Inicialmente entende por transfobia como uma série de atitudes, sentimentos, ações negativas em relação às pessoas travestis, transexuais e transgêneros. Isso deve ser combatido, para que sejam respeitadas o ser humano com suas escolhas e particularidades.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) apresentou um importante tema transversal, intitulado de Orientação Sexual, no que diz respeito às relações de gênero para o ensino fundamental. Uma importante ferramenta para amenizar os inúmeros tabus, que estão relacionados com a temática.

De acordo com Declaração dos Direitos Humanos, no seu artigo Art. I Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Todavia, existe um mundo complexo que engloba a discriminação e o preconceito nas suas diversas facetas. Assim, a escola, a família e a sociedade precisa lidar com todas situações problemas. Navisão de Jesus (2012) o termo transfobia é utilizado para nomear o preconceito, a discriminação,

o medo e/ou o ódio sofrido por pessoas transgêneros. E isso é uma realidade, que precisa de uma atenção especializada, para articular ações que venham amenizar esse problema, que em muitos casos chegam ao limite extremo que é a morte. Moita Lopes (2008, p. 126-127):

Esse apagamento do corpo não quer dizer, entretanto, que a escola não produza identidades corporificadas. Ao contrário, embora os/as professores/as estejam apenas começando a perceber a relevância dos discursos escolares na construção da vida social, a escola é uma das agências principais de (re)produção e organização das identidades sociais de forma generificada, sexualizada e racializada

Na visão dos autores Auad, (2006); Cabral; Diaz, (1998); Traverso-Yépez; Pinheiro, (2005) é necessário que haja maior espaço para destacar a importância dos assuntos concernentes a gênero e identidade sexual, pois há muito ser estudado e explorado dentro da temática. Na visão de Auad (2006) é preciso que seja cuidadosamente construído uma identidade sexual, pois segundo o autor ter um pênis ou ter uma vagina, não é mais fator determinante. Nesse sentido há muito a ser discutido e aprendido tanto por parte das famílias, escolas e sociedade no geral.

De acordo com Traverso-Yépez e Pinheiro (2005), a sociedade atual não se encaixa mais no termo binarismo, e no conceito de masculino/feminino. Isso é real, então a escola, a família, a sociedade precisa estar apta para lidar com todas as mudanças, que vem ocorrendo de forma tão veloz na sociedade globalizada. É um desafio lidar com toda essa diversidade de gênero, pois tem sido motivos de inúmeros conflitos, revisões, aceitações, recusas e violências nas mais diversas facetas. Porque envolve valores, princípios e padrões religiosos, sociais e culturais.

Já de acordo com Lanz (2013) a identidade de gênero ainda precisa ser introduzida nas escolas de forma mais ampla, pois temas relevantes como esse não tem sido trabalhado, nem explanado da forma correta. O referido autor fala que o sexo biológico é outra temática, que deve ser ampliada, pois ainda existe muita desinformação referente a esses assuntos tão íntimos, pessoal e complexos.

O ser humano é um dos seres vivos mais complexos e possui inúmeras particularidades e para confirmar essa fala Kotlinski (2013), afirma que ser humano pode ter a identidade de gênero de mulher, de homem ou ainda outras identidades de gênero possíveis. Isso é algo complexo de se compreender. Assim, é de suma importância estudar, pesquisar e procurar metodologias ativas para lidar com toda essa gama de

complexidade e dificuldades.

Toda essa problemática da transfobia, requer inúmeras ações e intervenções para combater um grave problema que é debatido por Bento (2011) que são múltiplas as violências cometidas contra as pessoas transexuais. Algo, cada vez mais comum, e é crescente o índice de registro desse tipo de violência. Assim, nasce a necessidade de criação de políticas públicas educacionais, voltadas para a educação consciente e o respeito mútuo a orientação sexual. Nesse sentido um parênteses é aberto para a situação em especifica da transfobia contra os travesti, uma das classes de pessoas que éa principal vítima da violência e do preconceito nas mais diversas áreas.

6 A DIVERSIDADE SEXUAL: AMPLIANDO A VISÃO

A questão da diversidade sexual na atualidade é uma temática complexa, e que exige cautela para que seja trabalhada dentro do contexto escolar. Um dos muitos desafios na escola na contemporaneidade é contribuir para a uma boa formação dentro da identidade sexual, pois isso é algo muito particular e individual de cada ser humano.

Hoje o público escolar está repleto de pessoas com diferentes opções sexuais, sendo na grande maioria das vezes é difícil lidar com essas questões. Porque ainda somos frutos do tradicionalismo em que havia apenas duas categorias meninos e menina. Já na atualidade existe uma realidade totalmente diferente, onde a escola, a família e a sociedade devem está aptos a lidar com sabedoria com toda realidade.

A educação em todas as suas instancias tem o grande desafio de promover a igualdade de gênero, e isso significa um árduo trabalho, do qual ainda existe muita resistência e preconceito em volta de toda essa temática. A educação hoje precisa direcionar políticas educacionais de combate às desigualdades de gênero e sexualidade, porque ainda existe muita desinformação e muito tabus a serem quebrado.

A pesquisadora Britzman (1996) em seus estudos diz que a cultura escolar, está alicerçada dentro da heterossexualidade, pois diante do tradicionalismo das famíliasisso é tido como algo normal e natural. Por outro lado vimos que a realidade não compreende só as questões da heterossexualidade. A realidade é eu existe outra realidade que são indivíduos que apresentam comportamento voltados para a homossexualidade e demais variantes que se segue dentro do mesmo campo. E, isso deve ser encarado e trabalhado dentro do contexto escolar, valorizando o sujeito pelo que ele é. E não julgá-lo ou excluí-

lo de forma cruel pela opção sexual que tem.

Dinis, (2008) fala que a questão da homossexualidade em específico gays e lésbicas sofrem inúmeras situações de discriminação e rejeição. Onde a sociedade na grande maioria das vezes tem esse público em específico como pessoas perigosas, predatórios e contagiosos. E, é aí que escola deve ser atuante para trabalhar que independentemente da opção sexual que tenham, são seres humanos, e que merecem respeito dentro da sociedade em que estão inseridos.

Uma vez que as formas de comportar-se não são homogêneas, mas categorizadas, e na maioria das vezes, de forma oposta (homens e mulheres; adultos e crianças etc.), as crianças precisam então descobrir ou decidir quem são, onde se encaixam, a qual grupo pertencem para a partir daí, trabalhar esta inserção. A criança se compara aos pares e assim, as meninas se tornam mais parecidas com as outras meninas e os meninos com os outros meninos. A maior preocupação de meninos e meninas é ser como, pertencer, não estar em dissonância seja no jeito de vestir, de falar, de comportar-se etc. (Silva, 2006, p. 55)

Diante de Louro (2003), é comum o erro das escolas se hesitarem em debater as questões de gênero e sexualidade. Porque são pontos muito íntimos e pessoais. E que na grande maioria das vezes não tem o profissional apto para trabalhar todas essas questões de uma forma que não venha magoar, constranger o sujeito. Então é necessário que haja uma qualificação específica para tais educadores, direcionando o caminho a ser trabalhado dentro dessa importante discussão.

A UNESCO em (2002) revelou por meio de uma pesquisa pais e professores não estão preparados para lidar com assuntos referentes às questões da diversidade de gênero e de sexualidade. E isso é uma realidade, pois essa falta de tato, resulta em conflitos e feridas que se abem ferindo o psicológico, o moral, e o emocional do sujeito. Dados da UNESCO (2002) diz ainda que o preconceito na forma da homofobia tem sido crescente na sociedade. E, isso se refere tanto a pais como alunos que não gostariam de ter um aluno homossexual dentro da sala de aula ou no convívio deles. Isso é resultado da falta de uma educação, uma reeducação de valores e princípios e de uma conscientização acerca da diversidade que existe dentro da sociedade. Então, é papel da escola tentar amenizar e desconstruir essa imagem que foi construída, e que tanto exclui, fere, magoa e constrange o indivíduo.

Combater o preconceito nas suas mais diversas facetas é um grande desafio. Outro grave problema nesse sentido é a resistência em não aceitar a nova realidade que temos.

De acordo com Candau (2008) em um de suas obras intitulada de As tensões entre a igualdade e diferença, diz que mais da maioria das pessoas não preferem tratar das questões de gênero e de sexualidade dentro da sala e, também fora dela. Sendo, assim fica impossibilitado um trabalho exitoso de combate ao preconceito de gênero, pois se não há abertura para uma discussão benéfica, o preconceito e a discriminação só se fortalece dia a após dia.

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica –DCE, 2008 é de obrigatoriedade que dentro do ambiente escolar, haja o respeito mútuo à etnia,raça, geração, ao sexo e gênero. Em contrapartida não realidade não condiz a isso, percebe-se que esse público vem sofrendo muito com afrontas, zombarias e situações vexatórias e constrangedoras. Isso implica que a escola, a sociedade e as famílias precisam ser reeducadas para que haja o respeito às diferenças.

Segundo Dinis (2008) o Brasil, tem demonstrado uma maior abertura para tratar das discussões sobre a diversidade sexual e de gênero. E essa abertura é um importante canal para que sejam trabalhados o respeito e a tolerância com o intuito de incluir e não de excluir esse público que na grande maioria se sentem fora do contexto social. Sendo assim, o caminho é ainda a conscientização, onde a escola, a família e a sociedade no geral devem abrir um espaço democrático e aberto para as temáticas de gênero e sexualidade. Na educação tais temáticas, não devem ser mais um tabu. E sim um importante trabalho que deve ser executado com sabedoria e respeito.

Para Vianna e Silva (2008), é papel da escola e da família ampliar os conceitos de sexualidade dentro do convívio cotidiano, pois essa amplitude abrirá espaço para o diálogo e para uma conscientização. Isso em outrora era papel só dos profissionais da saúde. No entanto cabe agora que todos deem sua parcela de contribuição na formação da identidade sexual do sujeito e, isso inclui a escola, a família, a igreja e a sociedade como um todo.

O objetivo maior da educação deve ser sempre o de Educação Inclusiva, e ser inclusiva significa também conviver com as diferenças sexuais. Para isso é preciso combater a cultura errônea de uma sociedade sexista e homofóbica, como tem sido a visão e a postura de muitos frente a essas diversidades. Observando a Constituição Brasileira de 1988, assegura, no seu texto, o direito de “ser” a todas as crianças brasileiras. Simplificando essa frase o direito de “ser”, significa também o espaço para escolher a opção sexual que queira. Decisões e escolhas devem ser respeitadas, desde que não venha

infringir a lei e ao outros.

Assim, o gênero é uma construção que normalmente oculta sua gênese; o acordo coletivo tácito de exercer, produzir e sustentar gêneros distintos e polarizados como ficções culturais é obscurecido pela credibilidade dessas produções –e pelas punições que penalizam a recusa a acreditar neles; a construção “obriga” nossa crença em sua necessidade e naturalidade (Butler, 2017, p. 241

A Declaração de Salamanca (1994) dá uma ênfase importante para o exercício da Educação Inclusiva que está amparada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/96), que assegura o direito à escola a todas as pessoas sem discriminar a opção sexual características que são específicas de cada indivíduos ou grupos humanos, e isso inclui a opção sexual que ele ou ela tem optado.

No Brasil e no mundo vem sendo feitas várias Conferência Mundiais de combate a discriminação de gênero. Nesse sentido no Brasil em outubro de 2001, foi criado O Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD). Mesmo assim, ainda há um árduo trabalho a ser feito, pois os obstáculos ainda são grandes no que se refere a orientação sexual. Que tem sido uma temática tão complexa e polemica, mas que com cuidado e cautela deve ser abordado e trabalhado.

A UNESCO em 2004 traçou importantes ações com o intuito de diminuir a discriminação por orientação. Já em 2002, foi criada a segunda versão do Plano de Direitos Humanos (PNDH II), onde o Governo Brasileiro dedica uma seção, com 16 programas de combate à discriminação por orientação sexual. Todo esse importante trabalho é benéfico e proveitoso, porém outras ações devem ser realizadas em prol de um maior êxito nesse processo de construção de respeito às diversidades, a exemplo programas específicas para as famílias, pois o preconceito nasce inicialmente no seio familiar e, acaba sendo disseminado para os filhos.

Em 2004, foi criado o Programa Brasil sem Homofobia (BSH) uma importante ação que tem desenvolvido ações no âmbito da educação e orientação sexual, tendo como objetivo inicial constituir uma educação muito mais inclusiva, e menos sexista e homofóbica como temos visto na atualidade. Esse importante programa contava também com a distribuição de material didático para a formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade. Isso implica que ações como essa devem ser ampliadas e com a meta de alcançar um público cada vez maior.

O poder seria, essencialmente, aquilo que dita a lei, no que diz respeito ao sexo. O que significa, em primeiro lugar, que o sexo fica reduzido, por ele, a regime binário: lícito e ilícito, permitido e proibido. Em seguida, que o poder prescreve ao sexo uma “ordem” que funciona, ao mesmo tempo, como forma de inteligibilidade: o sexo se decifra a partir de sua relação com a lei [...] o domínio do poder sobre o sexo seria efetuado através da linguagem, ou melhor, por um ato de discurso que criaria, pelo próprio fato de enunciar, um estado de direito (Foucault, 2018, p. 8)

Quartiero (2008) é também um dos defensores do respeito à diversidade sexual, mostrando que é preciso desenvolver uma postura respeitosa frente às diferenças relativas a orientação sexual e a construção da identidade de gênero do sujeito, cabendo a escola cada vez mais dar o suporte para que esse trabalho seja realizado com excelência, sem constrangimento e com um diálogo aberto. Nesse sentido Brasil (2007), aponta que um importante caminho a ser trilhado é a criação de políticas de inclusão, que sejam eficientes na discussão dessas questões de gênero e de sexualidade, que envolve tanta complexidade, exigindo cautela para tais temas sejam abordados com ética e respeito.

A produção de seres abjetos e poluentes (gays, lésbicas, travestis, transexuais, e todos os seres que fogem à norma de gênero) e a desumanização do humano são fundamentais para garantir a reprodução da heteronormatividade. A escola é uma das instituições centrais nesse projeto (Bento, 2011, p. 554)

As questões de gênero é um tema de grande relevância que O CNE juntamente com a nova BNCC (2016), abre um espaço para aprofundar os debates sobre sexualidade e orientação sexual. O MEC junto com a nova BNCC (2016) enfatiza que o respeito aos indivíduos deve existir “sem preconceitos de origem, etnia, gênero, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza”. Hoje com as novas reformulações a nova BNCC é enfática em dizer a educação deve acontecer em todas as instâncias “sem preconceitos de qualquer natureza”. E, na prática isso deve acontecer com a parceria de todos que constroem a educação nesse país

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao falar de diversidade sexual, percebe-se que ela estava presente em nossas raízes étnico-racial e cultural, tais como a indígena, negra e a europeia. E por anos foi mascarada essa realidade, era ignorada ou colocada às escondidas.

Assim, estudar a diversidade na educação significa mergulhar a fundo na história

da educação brasileira, com enfoque de compreender todas essas especificidades e ao mesmo tempo incentivar o respeito e a tolerância em meio a tantas diferenças e diversidades.

Sendo assim, é preciso que haja um currículo escolar plural, que contemple de forma mais ampla e real as questões de gênero sem ferir o físico e o emocional do sujeito, estabelecendo uma relação respeitosa e harmônica dentro de cada realidade.

A proposta final desse estudo foi refletir sobre essa importante temática com o intuito de se construir um melhor trabalho pedagógico dentro da sala de aula, onde cada sujeito com suas diversidades, sejam respeitados e que conflitos sejam amenizados, a partir da construção de uma consciência reflexiva e receptível a toda essa realidade.

Por último, em resposta ao objetivo inicial e a situação problema aqui proposta, conclui-se que o objetivo foi atingido, pois a partir dessa discussão foi possível refletir sobre a temática, desconstruindo a visão preconceituosa de que não é possível viver e conviver com toda essa diversidade sexual que existe. Construindo uma educação inclusiva e menos excludente, desde que haja uma consciência crítica e respeitosa aguçada e, acima de tudo afetiva e humana para com o outro.

Como sugestão, indica-se que novos estudos sejam realizados dentro dessa importante temática, para que sejam aprofundados outros aspectos, que estão contextualizados com a temática.

REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola.** São Paulo: Contexto, 2006. 92 p.

BENTO, B. A (re)invenção do corpo, gênero e sexualidade na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond/Clam, 2006.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz diferença. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.19, n.2, p.548-558, 2011.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea*, Santa Catarina, v.4, n.1, p.162-185, 201

BUTLER, J. P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais, apresentação dos temas transversais ética.** V. O8, Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

, Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996., Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 017/2001. Brasília. MEC/CNE 2001.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas.** Florianópolis, mai./ago., p. 549-559, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual.** Brasília: MEC/SEF, 1997. v. 10. 110 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual. Temas transversais.** Brasília, v.10, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Brasil Sem Homofobia (BHS)** - Ministério da Saúde 2004, Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Programa de Combate à Violência e à Discriminação. Temas transversais. Brasília, v.10, 2004

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular.** Brasília, DF, 2016. Disponível em: <
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: dez.2016.

BRASIL. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos.** Cadernos SECAD 4. Secretaria da Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade. 2007.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.** Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho nacional de Combate a Discriminação (CNCD) para o Educação básica**. Resolução CNE/CEB nº 2/2001.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. Acesso em: 29 de junho de 2024.

BRITZMAN, D. **O que é essa coisa chamada amor**: identidade homossexual, educação e currículo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996.

CABRAL, F. DÍAZ, M. Relações de gênero. In: Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; Fundação Oebrecht. **Cadernos afetividade e sexualidade na escola**: um novo olhar. p. 142-150. Belo Horizonte: Rona, 1998.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.144p.

DINIZ, N.F. **Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual**. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 29, n.103, p. 477-498, 2008.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014;

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 1: A vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro /São Paulo: Paz e Terra, 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Disponível em: <<http://www.sertao.ufg.br>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

KOTLINSKI, Kelly. **Diversidade Sexual uma breve introdução**.

Disponível

em:<<http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/41/docs/diversidadesexualartigodiversidadesequalartigoseteses.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

HÉRITIER, Françoise. **Masculin/Féminin: la pensée de la différence**. Paris: Ed. Odile Jacob, 1996.

GOMES, Nilma Lino. “Educação e Diversidade Étnico cultural” In: RAMOS,ADÃO,

BARROS (coordenadores). *Diversidade na Educação: reflexões e experiências*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC,2003.

LANZ, Letícia. **Identidade de Gênero**. Disponível em: <<http://www.leticialanz.org/identidadedegenero>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.LOURO,G. L. *Um corpo estranho:ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015

LOURO, G. **A Construção Escolar das Diferenças**. In: *Gênero , Sexualidade e Educação*. Petrópolis, Vozes, 2003.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MOITA LOPES, L. P da. Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria queer. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria. (org.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 125-14

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br/documentosdireitoshumanos.php>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

QUARTIEIRO, E.T. **A Diversidade Sexual na Escola:** produção de subjetividade e políticas públicas. Tese (Doutorado) UFRS, Instituto de Psicologia, programa de Psicologia Social. Porto Alegre-RS. 2009.

SILVA, L. I. C. (2006). Papagaio, pira, peteca e coisas dos gêneros. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém.

SCOTT, Joan. **“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”.** In: Revista Educação e Realidade. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

SCOTT, Joan. **La Citoyenne Paradoxale: les féministes françaises et les droits de**

STOLLER, Robert. Recherches sur l’Identité Sexuelle. Paris: Gallimard, 1978 (tradução de “Sex and Gender”, cuja primeira edição é de 1968).

TRAVERSO-YÉPEZ, Martha; PINHEIRO, Verônica de Souza. Socialização de Gênero e Adolescência. **Estudos Feministas.** p. 147- 162. Florianópolis: jan./abr. 2005.

UNESCO. Declaração de Salamanca: **sobre princípio política e prática em educação especial.** 1994. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação, gênero e sexualidade para Todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. 2004. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em 20/6/2018.

UNESCO. **Políticas públicas voltadas para igualdade de gênero.** Brasília: UNESCO, 2002.

VIANNA, C; SILVA, C. R. **Gênero e Sexualidade: mapeando as igualdades e as diferenças entre os sexos e suas relações com a educação.** Revista Educação. Especial Grandes Temas. São Paulo-SP: Editora Segmento, Março 2008.